UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

VIVIANE PEREIRA DA SILVA SANTOS

O SILENCIAMENTO DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE OBRAS ADOTADAS NO ESTADO DO CEARÁ

REDENÇÃO
2026

VIVIANE PEREIRA DA SILVA SANTOS

O SILENCIAMENTO DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE OBRAS ADOTADAS NO ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Humanidades (BUH), do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Profª. Drª. Rosália Menezes.

REDENÇÃO
2026

VIVIANE PEREIRA DA SILVA SANTOS

O SILENCIAMENTO DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE OBRAS ADOTADAS NO ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades

Aprovada em: xx/xx/xxxx.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Francisca Rosália Menezes. (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

_____

Prof. Dr. Aline Cristina de Oliveira Abbonizio
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

_____

Prof. Dr. José Josberto Montenegro Sousa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é resultado de uma trajetória construída com o apoio de pessoas fundamentais.

À minha orientadora, professora Rosália Menezes, deixo minha profunda gratidão pela inspiração desde a primeira aula e por trazer uma perspectiva feminista que marcou minha formação e contribuiu diretamente para a construção do meu olhar crítico.

À minha ex-professora e hoje amiga, Thamyres Dutra, agradeço por ter apresentado a UNILAB à minha versão ainda adolescente e por levar discussões feministas para a sala de aula, despertando caminhos que me trouxeram até aqui.

À minha mãe, Maria Isolda, e à minha irmã, Tatiane do Nascimento, que são os maiores exemplos de mulheres na minha vida, agradeço por toda a força, apoio e inspiração ao longo dessa caminhada que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos.

Ao meu namorado, Vinícius Alexander, agradeço pelo apoio emocional, pelo incentivo constante e pelo interesse sincero pela minha área de estudo, obrigado por ser minha fonte inesgotável de apoio e carinho.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desse percurso, meu sincero agradecimento.

Que este trabalho reafirme a importância de tornar visíveis as histórias das mulheres, reconhecendo seus caminhos, suas lutas e seus lugares na construção da história.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a presença e a representação das mulheres nos livros didáticos de História utilizados na EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale, Ensino Fundamental II, e na EEMT Maria do Carmo Bezerra, Ensino Médio. O estudo parte da compreensão de que o ensino de História desempenha um papel importante na formação da consciência histórica dos estudantes, sendo o livro didático um dos principais recursos utilizados em sala de aula. Nesse contexto, a pesquisa discute como as narrativas históricas tradicionais, marcadas por uma perspectiva androcêntrica, contribuíram para o silenciamento ou para a pouca visibilidade da participação feminina nos processos históricos. O foco da análise está na forma como as mulheres são representadas ou omitidas nos textos e imagens presentes nesses materiais didáticos, considerando o recorte histórico que vai do Brasil Colônia ao período da Ditadura Militar. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, análise de livros didáticos utilizados nas escolas públicas e a realização de entrevistas semiestruturadas com professores e estudantes. Com isso, o estudo busca contribuir para o debate sobre ensino de História e gênero, refletindo sobre a importância de narrativas históricas mais plurais e inclusivas no contexto da educação básica.

Palavras-chave: Ensino de História. Livros didáticos. Mulheres na História. Gênero. Educação básica.

SUMÁRIO

1	**APRESENTAÇÃO**	7
2	**DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA**	9
2.1	OBJETIVO GERAL	9
2.2	OBJETIVOS ESPECIFICOS	10
3	**JUSTIFICATIVA**	11
4	**PROBLEMATIZAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA**	12
5	**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**	14
6	**METODOLOGIA**	22
7	**LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO E OUTRAS FONTES**	23
8	**ETAPA DA PESQUISA**	25
	REFERÊNCIAS	25

1. APRESENTAÇÃO

A História, enquanto disciplina escolar, ocupa papel central na formação da consciência histórica e social dos estudantes. É por meio dela que se constroem narrativas sobre o passado, definindo quais sujeitos, acontecimentos e experiências são considerados relevantes e dignos de memória. Nesse sentido, o ensino de História não se limita à transmissão de conteúdos, mas atua diretamente na construção de identidades, valores e formas de compreensão da sociedade. As narrativas históricas ensinadas na escola influenciam a maneira como os indivíduos percebem as relações de poder, as desigualdades sociais e o lugar que diferentes grupos ocupam ao longo do tempo. Nesse processo, o livro didático assume posição de destaque, uma vez que é um dos principais instrumentos utilizados no ensino de História ao longo da educação básica. Além de organizar conteúdos, recortes temporais e periodizações, o livro didático atua como mediador entre o conhecimento histórico produzido no campo acadêmico e o saber escolar. Conforme analisa Bittencourt (1993), o livro didático deve ser compreendido como um objeto cultural e histórico, resultado de escolhas pedagógicas, políticas e ideológicas, e não como um material neutro ou meramente técnico. Assim, ele não apenas transmite informações, mas também seleciona, hierarquiza e interpreta o passado, contribuindo diretamente para a formação da consciência histórica dos estudantes. Dessa forma, as escolhas realizadas em sua elaboração o que incluir, o que omitir e como representar determinados sujeitos históricos influenciam diretamente a forma como os alunos compreendem a sociedade em que vivem. Textos, imagens, exercícios e narrativas presentes nos livros didáticos participam ativamente da construção de valores, identidades e percepções sobre o passado, podendo tanto reforçar quanto questionar desigualdades historicamente construídas.

A escolha deste tema está relacionada à minha própria trajetória escolar. Durante minha formação na educação básica, raramente tive contato, nas aulas de História, com mulheres apresentadas como protagonistas de processos históricos. Muitas das figuras femininas que hoje reconheço como relevantes não fizeram parte dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Um dos primeiros contatos mais marcantes ocorreu por meio de uma representação televisiva da história de Maria Leopoldina. A personagem chamou minha atenção justamente pelo fato de eu nunca ter ouvido falar sobre sua atuação histórica durante a escola. Esse estranhamento despertou minha curiosidade e me levou a buscar mais informações por conta própria, por meio de pesquisas na internet

e de documentários sobre o período. A partir dessa busca inicial, tive contato com a trajetória de outras mulheres que também tiveram participação significativa na história do Brasil, como Maria Quitéria, Tereza de Benguela e Dandara dos Palmares. O conhecimento dessas histórias foi marcante, pois evidenciou a existência de mulheres que lideraram, resistiram e participaram ativamente de processos históricos importantes, algo que até então eu não havia encontrado nos materiais escolares utilizados durante minha formação. Esse contato produziu um forte impacto pessoal, pois pela primeira vez tive a sensação de reconhecer mulheres em posições de protagonismo histórico. Perceber que existiram mulheres que lideraram movimentos, enfrentaram estruturas de poder e tiveram papel decisivo na história brasileira provocou uma identificação que até então não havia experimentado no ensino de História. Essa experiência despertou questionamentos sobre as ausências presentes nas narrativas escolares e contribuiu diretamente para o interesse em investigar.

Além disso, Bittencourt (1993) destaca que o livro didático desempenha papel decisivo na seleção do que se transforma em conhecimento histórico escolar, uma vez que ele opera como referência central para professores e estudantes no cotidiano da sala de aula. Ao definir conteúdos, abordagens e exemplos considerados relevantes, esse material contribui para legitimar determinadas interpretações do passado em detrimento de outras. Dessa forma, o livro didático não apenas reflete a historiografia dominante, mas também participa ativamente da consolidação de memórias coletivas e da naturalização de ausências históricas, tornando-se um espaço privilegiado para a análise dos silenciamentos presentes no ensino de História. Entretanto, observa-se que os livros didáticos de História ainda reproduzem, em grande medida, narrativas marcadas por uma perspectiva androcêntrica, na qual as mulheres aparecem de forma secundária, fragmentada ou são completamente silenciadas. Esse apagamento contribui para a construção de uma memória histórica limitada, que privilegia figuras masculinas associadas à política institucional, à guerra e ao exercício do poder, em detrimento da participação feminina nos processos sociais, econômicos, culturais e políticos. Esse silenciamento não ocorre de maneira explícita, mas manifesta-se por meio da ausência de personagens femininas, da restrição de suas atuações a papéis domésticos ou privados, ou ainda da desvalorização de suas contribuições históricas. Quando presentes, muitas vezes as mulheres são representadas como figuras auxiliares, esposas ou coadjuvantes, reforçando estereótipos de gênero e naturalizando sua exclusão das

grandes narrativas históricas. Tais representações contribuem para a reprodução de uma visão de passado que legitima desigualdades de gênero como algo natural ou imutável.

No Ensino Fundamental II, etapa em que os estudantes têm contato sistematizado com a História do Brasil, e no Ensino Médio, fase de retomada e aprofundamento dessas narrativas, o silenciamento das mulheres torna-se ainda mais significativo. Nessas etapas, os livros didáticos exercem forte influência na formação do pensamento crítico e na construção da identidade dos alunos, especialmente no que se refere à compreensão das desigualdades sociais, raciais e de gênero presentes na sociedade brasileira. A ausência de referências femininas no ensino de História impacta não apenas a percepção das meninas sobre seu lugar na sociedade e suas possibilidades de atuação, mas também a forma como os meninos compreendem as relações de poder, protagonismo e liderança histórica. Ao invisibilizar as mulheres, o ensino reforça a ideia de que a história foi construída majoritariamente por homens, contribuindo para a manutenção de uma visão restrita e excludente do passado. Diante desse contexto, este projeto de pesquisa propõe analisar o silenciamento das mulheres nos livros didáticos de História utilizados no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio das escolas públicas do estado do Ceará, buscando compreender de que modo esses materiais contribuem para a manutenção ou para a superação do apagamento histórico feminino. Ao investigar tanto os conteúdos textuais quanto as imagens presentes nos livros didáticos, a pesquisa pretende refletir sobre o papel da educação na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades de gênero, destacando a importância de uma abordagem histórica mais plural, inclusiva e comprometida com a valorização das mulheres como sujeitos históricos.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a representação e o silenciamento das mulheres nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II e Ensino Médio utilizados no estado do Ceará, discutindo como essas narrativas contribuem para a manutenção ou superação do apagamento histórico feminino.

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Identificar a presença ou ausência de personagens femininas nas narrativas e imagens dos livros didáticos analisados;

- Investigar como os livros didáticos de História reproduzem discursos de gênero e silenciamento;
- Relacionar as representações encontradas com o contexto histórico e social de produção dos livros;
- Discutir, à luz da teoria feminista e da crítica historiográfica, as implicações pedagógicas desse silenciamento;
- Propor reflexões sobre o papel da escola e da educação na desconstrução do apagamento histórico das mulheres.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema desta pesquisa decorre da compreensão de que o ensino de História ocupa um papel central na formação da consciência histórica, social e cidadã dos estudantes, especialmente no contexto da educação básica. Os livros didáticos, enquanto principais instrumentos pedagógicos utilizados em sala de aula, não apenas organizam conteúdos e recortes temporais, mas também produzem sentidos sobre o passado, definindo quais sujeitos históricos são reconhecidos, valorizados ou silenciados. Assim, a forma como as mulheres são representadas ou omitidas nesses materiais possui impacto direto na construção das identidades e na percepção das relações de gênero na sociedade. Diversos estudos no campo do ensino de História e da historiografia evidenciam que a narrativa histórica tradicional foi construída a partir de uma perspectiva majoritariamente androcêntrica, na qual os homens figuram como protagonistas dos processos políticos, científicos, econômicos e culturais, enquanto a participação feminina é frequentemente marginalizada ou restrita a papéis secundários. Camargo (2014), ao analisar a historiografia feminina, demonstra que o apagamento das mulheres não resulta de sua ausência histórica, mas de escolhas narrativas que desvalorizam suas experiências e contribuições, reproduzindo uma visão limitada e hierarquizada do passado.

No âmbito educacional, esse problema torna-se ainda mais sensível. Cerri (2011) destaca que o ensino de História é responsável pela construção da consciência histórica dos sujeitos, influenciando diretamente a maneira como os estudantes compreendem o tempo histórico, as relações de poder e seu próprio lugar na sociedade. Quando os livros didáticos reforçam narrativas centradas exclusivamente em figuras masculinas, contribuem para a naturalização das desigualdades de gênero, apresentando o protagonismo histórico como um atributo predominantemente masculino. De modo

semelhante, Fonseca (2009) ressalta que os materiais didáticos e as práticas de ensino não são neutros, mas carregam concepções de mundo, valores e representações sociais que impactam a formação dos alunos. Assim, a ausência de mulheres nos conteúdos históricos ou sua representação limitada a aspectos da vida privada reforça estereótipos de gênero e restringe as possibilidades de identificação e pertencimento, especialmente para alunas, que raramente encontram referências femininas associadas à liderança, à ciência, à política ou à produção intelectual. Nesse contexto, as orientações presentes na Base Nacional Comum Curricular também reforçam a importância de um ensino de História que valorize a pluralidade de sujeitos históricos e estimule a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. O documento destaca que o ensino da disciplina deve estabelecer relações entre passado e presente, considerando o tempo vivido pelos alunos e incentivando o desenvolvimento de uma postura crítica diante das narrativas históricas (Brasil, 2018). Essa perspectiva evidencia que a aprendizagem histórica não se limita à memorização de fatos ou personagens, mas envolve a compreensão das múltiplas experiências humanas que compõem o processo histórico. Assim, reconhecer a diversidade de sujeitos que participaram da construção das sociedades torna-se um elemento fundamental para a formação cidadã e para a ampliação das referências históricas disponíveis aos estudantes. Nesse sentido, a própria BNCC afirma que "a percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania" (Brasil, 2018, p. 400).

Dessa forma, ao problematizar a presença ou ausência das mulheres nos livros didáticos de História, esta pesquisa também dialoga com as diretrizes educacionais contemporâneas, contribuindo para reflexões sobre a necessidade de narrativas históricas mais plurais, inclusivas e representativas no contexto da educação básica.

Diante disso, a relevância desta pesquisa reside na necessidade de problematizar como os livros didáticos de História utilizados no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, adotados pelas escolas públicas do estado do Ceará, contribuem para a manutenção ou superação do silenciamento histórico das mulheres. Ao analisar tanto os textos quanto as imagens presentes nesses materiais, o estudo busca compreender de que forma determinadas narrativas são legitimadas e outras excluídas, evidenciando os mecanismos simbólicos que sustentam a invisibilização feminina no ensino de História. Além disso, pesquisas recentes de organismos internacionais como a UNESCO têm

apontado que as desigualdades de gênero observadas na sociedade contemporânea estão profundamente relacionadas aos processos educacionais, incluindo os conteúdos e referências apresentados ao longo da escolarização. Sobre essa perspectiva, examinar como as mulheres são representadas nos livros didáticos não se trata apenas de uma questão historiográfica, mas de um debate que envolve a formação cidadã, a equidade de gênero e o papel social da educação. Assim, este trabalho justifica-se por sua contribuição acadêmica e social, ao propor uma análise crítica dos livros didáticos enquanto espaços de produção de memória, saber e poder. Ao focalizar obras utilizadas no contexto educacional cearense, a pesquisa pretende ampliar o debate sobre o ensino de História e gênero, incentivando reflexões que colaborem para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, plurais e comprometidas com o reconhecimento das mulheres como sujeitas históricas fundamentais na formação da sociedade brasileira. Este projeto também poderá servir como base para uma futura pesquisa de mestrado, permitindo aprofundar as discussões sobre a representação das mulheres nos livros didáticos de História e ampliar as análises propostas nesta pesquisa.

4. PROBLEMATIZAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A presente pesquisa delimita-se à análise da representação das mulheres nos livros didáticos de História adotados no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio das escolas públicas do estado do Ceará, considerando o recorte temporal do Brasil Colônia à Ditadura Militar. O objetivo não se restringe a verificar a presença ou ausência feminina, mas compreender de que maneira a narrativa histórica escolar estrutura o protagonismo, a agência e a legitimidade dos sujeitos históricos. Durante longo período, a historiografia foi estruturada a partir da ideia de um sujeito universal, identificado implicitamente com o homem branco, europeu e proprietário. A crença de que, ao falar "do homem", falava-se da humanidade como um todo, contribuiu para a naturalização da exclusão feminina enquanto sujeito histórico específico. A centralidade do político, do militar e do institucional como eixos privilegiados da narrativa histórica reforçou esse enquadramento, uma vez que tais esferas eram tradicionalmente associadas à atuação masculina. A emergência da História das Mulheres, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, tensionou esse modelo interpretativo ao questionar a neutralidade do sujeito histórico e denunciar a invisibilidade feminina como resultado de escolhas metodológicas e epistemológicas. Posteriormente, a passagem da noção de "História da Mulher" para "História das Mulheres" evidenciou que não se tratava de inserir uma

categoria homogênea na narrativa, mas de reconhecer múltiplas experiências atravessadas por classe, raça, etnia e sexualidade. Nesse contexto, a incorporação da categoria gênero como instrumento analítico representou uma inflexão decisiva. Conforme aponta Joan Scott:

> Uma maneira de indicar 'construções sociais' – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (Scott, 1995, p. 71-99).

A partir dessa formulação, compreende-se que masculino e feminino não são expressões naturais ou biológicas fixas, mas construções históricas que organizam relações de poder. Assim, analisar livros didáticos implica investigar como essas construções são reproduzidas, reforçadas ou tensionadas na narrativa escolar. Na mesma direção, Del Priore enfatiza a necessidade de deslocamento metodológico.

> A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada. (Del Priore, 1998, p. 220).

Essa perspectiva indica que não basta inserir mulheres como personagens secundárias; é necessário questionar os critérios que definem quais experiências são consideradas historicamente relevantes. Ao deslocar essa discussão para o campo do ensino de História, torna-se fundamental analisar como tais critérios são operacionalizados no livro didático: quais eventos são apresentados como centrais? Quais sujeitos aparecem como agentes políticos, intelectuais ou transformadores sociais? Nesse sentido, como afirma Bittencourt (2004, p.139), ponto básico para o estabelecimento de um critério para a seleção de conteúdo é a concepção de história.

Dessa forma, a presença majoritária de sujeitos masculinos nas narrativas escolares não pode ser compreendida como simples lacuna quantitativa, mas como expressão de uma tradição historiográfica que privilegiou determinados temas especialmente os ligados à política institucional, à guerra e às elites dirigentes em detrimento de outras experiências históricas. Se a concepção de história adotada valoriza prioritariamente feitos militares e decisões estatais, tende-se a reforçar uma narrativa na qual o protagonismo feminino aparece de maneira secundária ou episódica.

A pesquisa, portanto, buscará observar de que modo figuras como Maria Leopoldina, Dandara dos Palmares, Bárbara de Alencar, Beatriz Nascimento, Maria

Quitéria e Tereza de Benguela são representadas quando aparecem. Interessa analisar se são apresentadas como protagonistas de processos históricos ou como personagens auxiliares vinculadas a figuras masculinas. A ausência ou a representação limitada dessas mulheres não constitui apenas lacuna narrativa, mas expressa hierarquizações simbólicas que influenciam a formação da consciência histórica dos estudantes. Ao considerar o livro didático como mediador entre produção historiográfica e ensino escolar, compreende-se que ele não apenas transmite conteúdos, mas organiza memórias, estabelece legitimidades e delimita possibilidades de identificação. Assim, investigar o apagamento ou a marginalização feminina nos manuais escolares implica analisar os mecanismos pelos quais determinadas experiências são naturalizadas como centrais, enquanto outras permanecem periféricas. Nesse contexto, embora os estudos historiográficos tenham avançado significativamente na crítica ao apagamento feminino, permanece a questão sobre como tais transformações teóricas reverberam ou não no ensino de História e nos materiais didáticos utilizados na educação básica. Se a historiografia passou por revisões profundas nas últimas décadas, é necessário investigar em que medida essas mudanças alcançaram o espaço escolar, especialmente no que diz respeito à representação das mulheres enquanto sujeitas históricas. É nesse ponto que se insere a problemática central desta pesquisa. Dessa forma, a questão que orienta esta investigação é: de que maneira as categorias de gênero e as heranças de uma historiografia centrada no sujeito masculino estruturam a representação das mulheres nos livros didáticos de História adotados no Ceará, no recorte do Brasil Colônia à Ditadura Militar?

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A escrita da História não se constitui como um processo neutro ou meramente descritivo do passado, mas como resultado de escolhas políticas, culturais e ideológicas que definem quais sujeitos serão lembrados e quais serão silenciados. Nesse sentido, Oliveira (2009) afirma que o ofício do historiador exige uma postura crítica diante dos documentos e das fontes, uma vez que estes “não são registros inocentes da realidade, mas construções carregadas de intencionalidade”. Tal compreensão é fundamental para este trabalho, pois permite problematizar a ausência das mulheres nas narrativas históricas não como fruto do acaso ou da inexistência de atuação feminina, mas como consequência de processos seletivos que estruturam a própria produção do conhecimento histórico. Ao evidenciar que a História é construída a partir de recortes e

hierarquizações, Oliveira (2009) contribui para a compreensão de que determinados grupos sociais foram sistematicamente marginalizados nos registros oficiais. As mulheres, historicamente associadas ao espaço privado e excluídas das esferas de poder político, econômico e simbólico, tiveram suas experiências frequentemente desconsideradas como dignas de registro histórico. Dessa forma, a historiografia tradicional consolidou narrativas que privilegiam sujeitos masculinos, reforçando uma visão limitada e excludente do passado. A partir dessa compreensão da História como um campo de escolhas, disputas e silenciamentos, torna-se possível investigar de que maneira esses mecanismos se concretizaram historicamente.

Nesse sentido, as reflexões de Mary Del Priore permitem observar, em um contexto específico, como saberes femininos foram deslegitimados e perseguidos, evidenciando que o apagamento das mulheres não se restringe a um problema teórico da historiografia, mas constitui um processo histórico efetivo, inscrito nas práticas sociais, científicas e religiosas. Esses saberes, transmitidos fora das instituições formais e do controle masculino, foram frequentemente associados à feitiçaria e à bruxaria, resultando em perseguições, punições e silenciamentos. Além do confinamento simbólico das mulheres ao espaço doméstico, a historiografia evidencia que aquelas que transgrediam os limites socialmente impostos, seja pelo domínio da escrita, do saber médico popular, da filosofia, da política ou de práticas científicas eram frequentemente associadas a figuras de desvio e perigo social. Del Priore (2001), no artigo Magia e medicina na colônia: o corpo feminino, demonstra que, durante o período colonial, mulheres detentoras de conhecimentos sobre o corpo, a cura e a natureza, como curandeiras e parteiras, passaram a ser vistas como ameaças à ordem moral e religiosa, sendo muitas vezes enquadradas como feiticeiras ou bruxas. Essa associação não se dava de forma aleatória, mas como parte de um mecanismo de controle social que visava desacreditar, perseguir e silenciar saberes femininos que escapavam ao domínio masculino e institucionalizado. Nesse contexto, a construção da imagem da mulher como intelectualmente frágil, emocionalmente instável ou moralmente perigosa serviu para afastá-la deliberadamente dos campos das ciências, da política e da produção intelectual formal. O saber feminino, quando existente, era deslegitimado, classificado como superstição, heresia ou ignorância, enquanto o conhecimento masculino era elevado à condição de ciência. Assim, mesmo nos casos em que mulheres atuaram de forma significativa nesses campos, suas contribuições

foram sistematicamente invisibilizadas, apropriadas ou apagadas da narrativa histórica oficial. Desse modo, o apagamento das mulheres não decorre apenas de sua suposta ausência nos espaços de produção do conhecimento, mas de um processo ativo de exclusão e silenciamento. Ainda que numericamente menos presentes, as mulheres que produziram saberes nas áreas humanas, científicas e políticas foram historicamente desconsideradas ou reinterpretadas sob uma ótica masculina, reforçando a lógica patriarcal da historiografia. Como aponta Del Priore (2001), trata-se menos de uma falta de atuação feminina e mais de uma negação sistemática de sua legitimidade enquanto sujeitas produtoras de conhecimento.

No artigo Mulheres na sala de aula, Guacira Lopes Louro analisa a inserção feminina no espaço escolar, evidenciando que a presença das mulheres na educação não significou, necessariamente, autonomia intelectual ou ruptura com as estruturas patriarcais do conhecimento. Conforme a autora demonstra, a escolarização feminina foi historicamente pensada a partir de papéis sociais específicos, ligados à moralidade, à domesticidade e à reprodução de valores considerados adequados às mulheres, e não à formação de sujeitos críticos ou produtores de saber. Nesse sentido, a sala de aula, embora represente um espaço de acesso ao conhecimento, também se configura como um lugar de reprodução de discursos e conteúdos historicamente construídos sob uma perspectiva masculina. A formação docente, os currículos escolares e os materiais didáticos, ao longo do tempo, privilegiaram autores, narrativas e interpretações que invisibilizam a atuação das mulheres na história, nas ciências e na política. Assim, mesmo quando mulheres ocupam o lugar de educadoras, elas frequentemente operam dentro de estruturas que limitam a circulação de saberes femininos, não por escolha individual, mas pela própria organização do campo educacional. Desse modo, o apagamento das mulheres é perpetuado não por uma ação consciente das professoras ou educadoras, mas por um sistema de produção e transmissão do conhecimento que historicamente excluiu as mulheres enquanto sujeitos legítimos da história. Como aponta Louro (2001), a educação feminina foi concebida mais como instrumento de socialização e manutenção da ordem social do que como meio de emancipação intelectual, o que contribui para a continuidade de narrativas históricas que silenciam as experiências e contribuições femininas. Essa dinâmica evidencia que o apagamento das mulheres não se restringe à ausência física nos espaços de ensino, mas está profundamente ligado aos conteúdos que são ensinados, às referências

legitimadas e às vozes autorizadas a produzir conhecimento. Assim, a escola e a universidade, ao reproduzirem majoritariamente uma historiografia masculina, acabam reforçando um ciclo de invisibilização que atravessa gerações, mesmo em contextos de crescente presença feminina no campo educacional.

Essa dinâmica pode ser aprofundada a partir das reflexões de Rosália Menezes (2021), que analisa como a constituição dos cânones na História da Arte está diretamente ligada a processos históricos de exclusão e hierarquização de saberes. Segundo a autora, as narrativas consideradas universais foram construídas a partir de referenciais masculinos, brancos e europeus, o que resultou na marginalização de produções que escapam a esse padrão, especialmente aquelas realizadas por mulheres. Nesse sentido, mais do que uma simples ausência, configura-se um sistema de legitimação baseado em critérios estéticos e históricos que definem previamente quais produções serão reconhecidas como arte e quais serão desqualificadas ou invisibilizadas. Menezes também chama atenção para o papel das instituições educacionais e dos materiais formativos na manutenção dessas hierarquias, evidenciando que o ensino incluindo os livros didáticos atua como um espaço de reprodução dessas narrativas excludentes. Ao mesmo tempo, a autora aponta a necessidade de repensar esse modelo, defendendo a construção de práticas educativas mais plurais e contra-hegemônicas, capazes de questionar os padrões estabelecidos e de abrir espaço para outras formas de produção de conhecimento. Dessa forma, sua análise contribui para compreender que o enfrentamento do apagamento feminino não se limita à denúncia da exclusão, mas envolve a criação de novas possibilidades de narrar a história, tornando visíveis experiências e sujeitos historicamente marginalizados.

Linda Nochlin (2016), em seu texto clássico “Por que não houve grandes mulheres artistas?”, desloca a discussão do campo da suposta ausência de talento feminino para a análise das estruturas sociais e institucionais que impediram o reconhecimento das mulheres ao longo da história. Para a autora, a exclusão feminina não é resultado de incapacidade individual, mas de sistemas educacionais, culturais e simbólicos que restringiram o acesso das mulheres à formação, à visibilidade e à legitimação de suas produções. Esse argumento contribui diretamente para a análise do silenciamento das mulheres nos livros didáticos de História, uma vez que esses materiais fazem parte do mesmo conjunto de instituições responsáveis por legitimar

determinados sujeitos históricos em detrimento de outros. Ao reproduzirem narrativas centradas em figuras masculinas, os livros escolares não apenas refletem uma tradição historiográfica excludente, mas também reforçam estruturas que continuam a negar às mulheres o reconhecimento de seu protagonismo histórico.

A reflexão de Michelle Perrot sobre a história das mulheres constitui um marco fundamental para compreender os mecanismos de invisibilização feminina na historiografia. A partir de mais de três décadas de pesquisas, Perrot propõe uma mudança profunda na forma de narrar a história, deslocando as mulheres da condição de objetos passivos para sujeitos históricos e agentes de sua própria trajetória. Segundo a autora, a ausência feminina na narrativa histórica tradicional não decorre de uma inexistência de atuação, mas de um processo sistemático de silenciamento e apagamento (PERROT, 2012). Durante longos períodos, as mulheres permaneceram invisíveis nos registros históricos porque suas experiências estavam majoritariamente situadas no espaço privado o lar, a família e a intimidade enquanto o espaço público, associado à política, à economia e à vida institucional, foi historicamente reservado aos homens. Essa divisão sexual dos espaços produziu um silêncio específico: não a ausência total de discursos sobre as mulheres, mas a predominância de representações produzidas por homens, que as descreveram, idealizaram ou controlaram, sem lhes conceder voz própria. Assim, mesmo quando amplamente mencionadas, as mulheres foram privadas de relatos autênticos sobre sua experiência cotidiana. Perrot destaca que o silêncio mais profundo não reside na escassez de fontes, mas na forma como os relatos históricos foram construídos, privilegiando narrativas masculinas e excluindo a vivência das mulheres comuns. Cartas, diários, memórias e objetos pessoais vestígios fundamentais da vida privada foram frequentemente destruídos, desprezados ou considerados irrelevantes para a escrita da história. Esse processo reforçou uma historiografia centrada em figuras femininas excepcionais, como rainhas ou heroínas, ao mesmo tempo em que apagou a experiência da maioria das mulheres, sobretudo aquelas pertencentes às camadas populares. Ao analisar o corpo feminino como construção histórica, Perrot evidencia como as relações de gênero se inscrevem materialmente na história. O corpo das mulheres foi objeto de controle, vigilância e normatização, seja por meio de discursos religiosos, médicos ou morais. Temas como menstruação, virgindade, maternidade, sexualidade, envelhecimento e aparência foram historicamente atravessados por tabus e hierarquias que reforçaram a subordinação

feminina. Dessa forma, o corpo não apenas reflete, mas também reproduz as desigualdades de gênero, funcionando como um espaço central de dominação simbólica e social. A autora também analisa o acesso das mulheres à educação e ao trabalho, demonstrando que, embora conquistas tenham sido alcançadas ao longo dos séculos, elas ocorreram de forma lenta, desigual e marcada por inúmeras resistências. Mesmo quando passaram a frequentar escolas e universidades, as mulheres foram direcionadas a áreas consideradas compatíveis com o feminino, enquanto os espaços de maior prestígio intelectual, político e científico permaneceram majoritariamente masculinos. Esse processo contribuiu para a manutenção de uma hierarquia de saberes que desvalorizou a produção intelectual feminina. Nesse sentido, a obra de Perrot permite compreender que o apagamento das mulheres na história não é resultado do acaso, mas de uma construção social, política e cultural que definiu quais experiências seriam consideradas dignas de registro histórico. Ao evidenciar as múltiplas formas de silenciamento nos espaços, nos corpos, no trabalho e na produção do conhecimento a autora reforça a necessidade de uma historiografia crítica, comprometida em questionar as narrativas tradicionais e em reconhecer as mulheres como sujeitas históricas plenas. Tal perspectiva dialoga diretamente com o problema desta pesquisa, ao evidenciar que a ausência feminina na história é fruto de processos ativos de exclusão, e não de uma suposta falta de protagonismo.

A reflexão de Jacques Le Goff (1990) acerca da memória coletiva oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender os mecanismos de apagamento histórico, especialmente no que se refere à invisibilização das mulheres. Para o autor, a memória não constitui um simples registro do passado, mas um processo socialmente construído, atravessado por relações de poder que definem o que deve ser lembrado e o que será silenciado. Nesse sentido, Le Goff afirma que tornar-se "senhor da memória e do esquecimento" sempre foi uma preocupação central dos grupos dominantes, uma vez que o controle da memória implica o controle das narrativas históricas, das identidades e das representações sociais. Assim, os silêncios da história não são acidentais, mas reveladores de escolhas políticas e simbólicas que legitimam determinados sujeitos enquanto excluem outros do campo do memorável. Essa perspectiva permite compreender que o apagamento das mulheres na historiografia e nos livros didáticos não se deve apenas à escassez de fontes, mas sobretudo à forma como a memória histórica foi organizada. As mulheres, historicamente associadas ao

espaço privado e afastadas das instâncias políticas e institucionais, tiveram suas experiências desvalorizadas e consideradas indignas de registro histórico. Desse modo, a ausência feminina resulta menos de uma falta de atuação e mais de um processo ativo de seleção e hierarquização da memória. Ao analisar a consolidação da escrita, dos arquivos e das instituições de memória, Le Goff demonstra que esses dispositivos estiveram historicamente ligados à centralização do poder e à legitimação de narrativas oficiais, majoritariamente masculinas. Saberes transmitidos de forma oral, cotidiana ou informal espaços tradicionalmente ocupados pelas mulheres foram, assim, desqualificados como fontes históricas legítimas. Além disso, a monumentalização do passado, por meio de arquivos, museus e comemorações oficiais, reforça uma memória seletiva que consagra heróis e eventos alinhados aos interesses dominantes, ao mesmo tempo em que contribui para o esquecimento de grupos subalternizados. Nesse contexto, o apagamento das mulheres constitui uma estratégia de dominação simbólica, que se reproduz no ensino de História e nos materiais didáticos ao privilegiar narrativas centradas em sujeitos masculinos. Dessa forma, a contribuição de Le Goff reforça o problema central desta pesquisa, ao evidenciar que a ausência das mulheres nos livros didáticos não decorre de sua inatividade histórica, mas de um processo de construção da memória que legitimou determinados discursos em detrimento de outros, perpetuando o silenciamento feminino no espaço escolar.

Maria Lugones contribui de forma decisiva para a compreensão do apagamento histórico das mulheres ao formular o conceito de colonialidade de gênero, articulando-o às estruturas de poder herdadas do processo colonial. Para a autora, gênero não pode ser compreendido de maneira isolada, pois é constituído de forma indissociável às categorias de raça, classe e sexualidade, todas atravessadas pela lógica da colonialidade (Lugones, 2019). Ao dialogar criticamente com o conceito de colonialidade do poder, elaborado por Aníbal Quijano, Lugones argumenta que a organização moderna e eurocêntrica do mundo instituiu um sistema de gênero hierárquico, patriarcal e heterossexual, que desumanizou populações colonizadas e relegou as mulheres não brancas à invisibilidade histórica e epistemológica. Nesse sistema, o conhecimento produzido passa a refletir interesses e perspectivas masculinas, brancas e europeias, silenciando outras formas de existência e saber. A autora destaca que a produção do conhecimento é um campo central de reprodução dessas hierarquias, uma vez que a colonialidade atravessa não apenas as relações

sociais, mas também os critérios que definem o que é considerado conhecimento legítimo. Assim, experiências femininas, especialmente aquelas situadas fora do eixo europeu, foram historicamente desqualificadas ou excluídas dos registros oficiais, dos arquivos e da historiografia tradicional. Essa perspectiva é fundamental para compreender o apagamento das mulheres nos livros didáticos, uma vez que tais materiais se baseiam em narrativas históricas construídas a partir de um sistema moderno-colonial de gênero. Desse modo, a ausência feminina não decorre da falta de participação das mulheres na história, mas de um processo sistemático de seleção e hierarquização do saber, que privilegia determinados sujeitos e silencia outros. A análise proposta por Lugones, portanto, oferece um instrumental teórico indispensável para problematizar as bases coloniais que sustentam a invisibilização das mulheres no ensino de História.

Dessa forma, o referencial teórico deste trabalho não apenas fundamenta a crítica ao silenciamento feminino na historiografia, mas delimita as categorias analíticas que orientarão a investigação dos livros didáticos. Ao articular memória, poder, gênero e colonialidade, a pesquisa assume que as narrativas históricas são construções situadas, atravessadas por disputas simbólicas e epistemológicas. Assim, o diálogo entre crítica historiográfica, teoria feminista e perspectiva decolonial não se limita a denunciar ausências, mas oferece instrumentos para examinar como essas ausências são produzidas, naturalizadas e transmitidas no espaço escolar. É a partir desse enquadramento teórico que se desenvolverá a análise proposta neste estudo.

6. METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, articulando procedimentos bibliográficos, documentais e empíricos. A escolha dessa abordagem justifica- se pela natureza do objeto investigado, uma vez que se busca compreender não apenas a presença quantitativa das mulheres nos livros didáticos de História, mas os sentidos atribuídos a essas representações e os efeitos simbólicos que produzem no contexto escolar. Conforme destaca Gil (2002), a pesquisa exploratória possibilita maior aproximação com o fenômeno estudado, favorecendo a delimitação do problema e o aprofundamento analítico. Nesse sentido, o estudo estrutura-se em três etapas complementares.

A primeira etapa consistirá na revisão bibliográfica, destinada à consolidação do referencial teórico que fundamenta a análise. Serão mobilizadas obras que discutem gênero, historiografia, ensino de História, memória e silenciamento histórico, permitindo situar a investigação no interior dos debates acadêmicos contemporâneos e definir as categorias analíticas que orientarão a interpretação dos dados.

A segunda etapa corresponderá à análise documental de livros didáticos de História do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Serão analisadas as coleções História, Sociedade & Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior, aprovada em 2024 para os anos finais do Ensino Fundamental, e História por Toda Parte, de Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi, aprovada em 2026 para o Ensino Médio. Além da análise dessas obras, a pesquisa também buscará estabelecer comparações com livros didáticos publicados nas décadas de 2000 e 2010, a fim de observar possíveis permanências, mudanças e avanços na forma como as mulheres são representadas nas narrativas históricas escolares. Os livros serão analisados enquanto fontes documentais primárias, conforme assinala Severino (2013), observando-se critérios como: presença ou ausência de personagens femininas, centralidade ou marginalidade nas narrativas, ênfase na vida privada ou atuação pública, linguagem empregada e representações imagéticas. A análise será de caráter interpretativo e crítico, orientada pelas categorias de gênero, memória histórica, representação e silenciamento.

A terceira etapa envolverá a realização de entrevistas semiestruturadas com docentes e estudantes de escolas públicas do município onde a pesquisa será desenvolvida. A pesquisa será realizada em duas instituições nas quais estudei durante minha formação básica: a Escola EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale, onde cursei o Ensino Fundamental II, e a Escola EEMT Maria do Carmo Bezerra, onde concluí o Ensino Médio. A escolha dessas instituições também se relaciona ao interesse de retornar aos espaços escolares que fizeram parte da minha trajetória formativa, estabelecendo um diálogo entre minha experiência como estudante e a investigação proposta neste trabalho. Pretende-se entrevistar, em cada escola, quatro professores de História, preferencialmente dois homens e duas mulheres que atuem no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, de modo a contemplar diferentes experiências pedagógicas e perspectivas de gênero. Além disso, serão entrevistados estudantes de

ambos os níveis de ensino, buscando compreender como percebem a presença (ou ausência) das mulheres nos livros didáticos e como tais representações influenciam sua compreensão histórica. A opção pelas entrevistas semiestruturadas justifica-se pela possibilidade de articular direcionamento temático e abertura discursiva, permitindo que os participantes expressem suas interpretações e experiências de maneira mais livre, sem perder o foco do problema investigado. As entrevistas seguirão um roteiro previamente elaborado, mas flexível, possibilitando aprofundamentos conforme as respostas obtidas.

Os dados coletados serão analisados por meio de uma abordagem qualitativa interpretativa, buscando identificar recorrências, sentidos atribuídos e possíveis tensões nas narrativas dos entrevistados. Tal procedimento permitirá articular os resultados da análise documental com as percepções dos sujeitos escolares, ampliando a compreensão acerca dos impactos pedagógicos das representações femininas nos materiais didáticos. Essa perspectiva metodológica dialoga com a compreensão de que o ensino de História não é neutro, mas constitui espaço de produção de sentidos e disputas simbólicas, influenciando a formação da consciência histórica e das concepções de gênero no ambiente escolar.

7. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES

A presente pesquisa fundamenta-se em um conjunto de obras que dialogam com os campos da historiografia, dos estudos de gênero e do ensino de História, articulando tais perspectivas à análise dos livros didáticos enquanto instrumentos de produção, organização e difusão de narrativas históricas no contexto escolar. No que se refere ao ensino de História e ao papel do livro didático na constituição do saber escolar, destacam-se as contribuições de Circe Maria Fernandes Bittencourt (1993; 2008), que analisa historicamente a formação do livro didático e sua função na seleção e legitimação de conteúdos, evidenciando que a escolha dos temas e sujeitos históricos está diretamente vinculada à concepção de história adotada. Nessa mesma direção, Cerri (2011) discute a formação da consciência histórica no ambiente escolar, ressaltando o impacto das narrativas ensinadas na construção da percepção social dos estudantes. Fonseca (2009) complementa essa discussão ao problematizar as práticas de ensino e os pressupostos que orientam a didática da disciplina. Nesse mesmo contexto, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) reforça a necessidade de um ensino de História comprometido com a valorização da pluralidade de sujeitos históricos e com o

desenvolvimento do pensamento crítico, evidenciando a importância de abordagens que ampliem as referências presentes no ambiente escolar. No âmbito das reflexões sobre memória e construção do conhecimento histórico, Le Goff (1990) oferece importantes contribuições ao evidenciar que a memória é atravessada por processos de seleção, hierarquização e silenciamento, elementos fundamentais para compreender a organização das narrativas histórico-escolares.

No campo da História das Mulheres e dos estudos de gênero, a pesquisa dialoga com Del Priore (1998; 2001), Perrot (2007) e Camargo (2014), que analisam o apagamento feminino na historiografia tradicional e destacam a necessidade de revisão das categorias analíticas que estruturam a escrita da História. Louro (2001) amplia esse debate ao refletir sobre a presença das mulheres no espaço escolar, enquanto Scott (1995) fundamenta teoricamente a categoria gênero como instrumento analítico para a compreensão das relações de poder historicamente construídas. Lugones (2019) contribui com a perspectiva decolonial ao discutir a colonialidade de gênero, ampliando a análise para dimensões interseccionais que atravessam as experiências femininas. Na mesma direção, Menezes (2021) analisa como a constituição dos cânones na História da Arte está associada a processos históricos de exclusão, evidenciando a marginalização de produções femininas e a necessidade de revisão dessas narrativas. Nochlin (2016), ao questionar a ausência de grandes mulheres artistas na história da arte, oferece subsídios para compreender os mecanismos simbólicos que produzem invisibilidade feminina em diferentes campos do conhecimento.

No campo metodológico, Gil (2002) e Severino (2013) fornecem fundamentos para a definição da abordagem qualitativa e dos procedimentos exploratórios adotados na pesquisa, contribuindo para a organização das etapas de coleta e análise de dados. Oliveira (2009) também colabora ao refletir sobre o ofício do historiador e sua prática docente, articulando teoria e ensino. Por fim, documentos institucionais, como o relatório da UNESCO (2024), reforçam a atualidade do debate sobre desigualdade de gênero, evidenciando que as assimetrias observadas na sociedade contemporânea possuem raízes estruturais que atravessam também os processos educacionais. Desse modo, o levantamento bibliográfico realizado demonstra que a discussão acerca da representação feminina nos livros didáticos de História insere-se em um campo consolidado de debates acadêmicos. Contudo, ainda se identificam lacunas no que se refere a análises específicas voltadas ao contexto das escolas públicas do estado do

Ceará, o que fundamenta e justifica a presente investigação.

8. ETAPAS DA PESQUISA

MÊS/ETAPA	Janeiro a julho de 2030	Junho a julho de 2030	Agosto a outubro de 2030	Novembro a dezembro de 2030	Janeiro a fevereiro de 2031
Revisão bibliográfica e pesquisa documental	**X**	**X**			
Revisão de literatura	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**
Leituras, análises, resenhas e fichamentos	**X**	**X**	**X**		
Redação do projeto	**X**	**X**			
Pesquisa de campo				**X**	
Processamento de dados				**X**	
Revisão e conclusão da pesquisa					**X**

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-28062019-175122 . Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br .Acesso em: 7 mar. 2026.

CAMARGO, Camila Guidini. A historiografia feminina: um breve panorama da obra Sobrados e Mucambos. Semina: Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/ph/article/view/4424 . Acesso em: 6 fev. 2026.

CERRI, Luís Fernando. Ensino de História e consciência histórica. São Paulo: Autêntica, 2011.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998. P. 220.

_____. Magia e medicina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001. P. 78–114.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 8. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001. P. 371–402.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MENEZES, Rosália. Mulheres artistas em outras histórias da arte. In: PETERSON, Sidiney; MIDORI, Amanda (org.). O ensino artístico que temos e o que queremos: posturas, histórias e experiências no Brasil e em Portugal. Porto: i2ADS – Instituto de Investigação em Artes, Design e Sociedade, 2021. P. 60–68.

NOCHLIN, Linda. Por que não houve grandes mulheres artistas? Tradução de Juliana Vacaro. 2. Ed. São Paulo: Edições Aurora / Publication Studio SP, 2016.

OLIVEIRA, Gilberto Abreu de. O ofício do historiador: reflexões sobre teoria e prática docente. Revista Científica do Centro Universitário de Jales, 2009.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

UNESCO. G20: UNESCO chama atenção para fortalecer a igualdade de gênero nas ciências. Paris: UNESCO, 28 out. 2024. Disponível em: https://www.unesco.org/pt/articles/g20-unesco- chama-atencao-para-fortalecer-igualdade-de-genero-nas-ciencias . Acesso em: 29 dez. 2025.